

Editorial vol. 44 n. 2

A formação do campo dos estudos em desinformação no Brasil: trajetória e próximos passos

Raquel Recuero (UFPEL)

Marcelo Alves (PUC-Rio)

O campo que pode ser definido como estudos sobre desinformação surgiu no Brasil entre 2014 e 2018. Preliminarmente, alguns trabalhos começaram a identificar o surgimento de teorias da conspiração sobre fraude nas urnas (Alves, 2017), polarização nas redes (Recuero, Zago e Bastos, 2015) e apontavam o uso de robôs para amplificar artificialmente o engajamento de publicações nas mídias digitais na eleição de 2014 (Regattieri, 2019). Depois da massificação das campanhas de desinformação em 2015, durante o plebiscito em que o Reino Unido saiu da União Europeia e a eleição de Donald Trump em 2016, os termos *fake news* e desinformação passaram a ganhar espaço nas discussões acadêmicas dentro e fora do Brasil. Foi, contudo, no contexto da eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e durante a pandemia de covid-19 entre 2020 e 2022 que a agenda de pesquisa sobre a desordem informacional se consolidou no País. No texto de apresentação deste dossiê, refletimos sobre esse processo de construção de um campo de pesquisa tematicamente coeso e metodologicamente diverso e apontamos para os futuros desafios dessa linha de investigação.

As pesquisas acadêmicas sobre problemas como desinformação, operações de influência e teorias da conspiração nas plataformas digitais no Brasil cresceram acompanhando a premência do fenômeno que se espalhava rapidamente e provocava efeitos concretos no comportamento político-eleitoral, hesitação vacinal e nas percepções sobre mudança climática. Há uma produção vasta de artigos e capítulos, e a formação de 57 grupos de pesquisa que tratam do assunto em todas as regiões do Brasil (Moreno e Dourado, 2023). A maior parte dessa agenda se dedica a conduzir análises empíricas sobre o fenômeno, particularmente enfatizando questões sobre o conteúdo, modelos de disseminação, os principais atores e a checagem de fatos (Mancoso et al., 2023).

Desde a eleição de 2018, o Brasil tem sido um dos principais laboratórios de experimentação de técnicas de influência de resultados eleitorais (Evangelista e Bruno, 2019). Em parte, isso se dá em função de características muito particulares do sistema midiático híbrido nacional, que combina o baixo consumo de jornalismo impresso, com alta taxa de acesso a informações pela internet e a consolidação de um bloco político-ideológico de extrema-direita que atua por meio de repertórios desinformacionais (Mendonça et al., 2022). Nesse sentido, uma parte da pesquisa nacional se dedicou a elucidar fenômenos empíricos em múltiplas plataformas, estando entre as iniciativas pioneiras de análise de aplicativos de mensagem, sobretudo o WhatsApp e o Telegram (Bastos dos Santos et al., 2019; Chagas, Modesto e Magalhães, 2019; Tucci e Gouveia, 2025).

No entanto, apesar do esforço na produção de evidências empíricas, os estudos de desinformação, assim como sua área internacional, ainda carecem de debates epistemológicos mais aprofundados. Boa parte das investigações empíricas reproduz sem maiores discussões o modelo teórico elaborado

inicialmente por Wardle e Derakhshan (2018) sobre a desordem informacional e sua tipologia de classificação em *disinformation*, *misinformation* e *malinformation*. A formulação inicial consta do relatório do Council of Europe Report de 2017, e o artigo acadêmico foi publicado em 2018 na Digital Journalism na seção Keynote, – isto é, não como manuscrito original, mas como um texto expandido de uma palestra ministrada por Claire Wardle na cidade de Cardiff, Inglaterra.

Além desse conceito, as pesquisas também adotam pós-verdade, *fake news*, teorias da conspiração, crise epistêmica, propaganda, *astroturfing* e discursos de ódio como parte de um conjunto de desafios que atravessam a esfera pública nas mídias digitais. Mais recentemente, a área vem debatendo a adoção do conceito de integridade da informação, formulado pela ONU no policy paper “United Nations Global Principles For Information Integrity” e que foca em cinco elementos: confiança e resiliência social; incentivos saudáveis; empoderamento público; imprensa independente e pluralista; e transparência. No entanto, outros autores comentam limitações do termo, que surgiu do contexto de segurança da informação e abarca um conjunto muito limitado de concepções eurocêntricas (Santos, 2024).

Essa diversidade de enfoques, embora enriqueça o debate, também gera vulnerabilidades analíticas importantes. Em primeiro lugar, a proliferação de definições e tipologias leva a um campo fragmentado, em que muitas vezes os estudos não dialogam entre si e utilizam categorias sobrepostas ou ambíguas (Zeng, 2023; Mendes & Mattos, 2025). Em segundo lugar, a ênfase normativa em distinguir “verdade” de “falsidade” reduz a compreensão da desinformação a um critério binário, que não dá conta de narrativas híbridas, conteúdos enganosos por omissão ou enquadramentos seletivos (Hameleers, 2023). Além disso, autores como Albuquerque (2021) alertam que esse viés pode favorecer uma concepção tecnocrática de verdade, em que agências ou plataformas passam a deter autoridade epistêmica, silenciando outras vozes. Outro limite importante é a falta de atenção à recepção e circulação como parte do processo: muitos estudos focalizam a produção da desinformação, mas deixam de lado como os públicos a interpretam, ressignificam e integram em ecologias informacionais mais amplas (Recuero, 2024). Por fim, há ainda críticas de que o conceito de desinformação tende a ser tratado como categoria estável, quando na prática é objeto de disputa política e semântica: rotular algo como “desinformação” muitas vezes funciona como estratégia de deslegitimização no debate público (Lewandowsky et al., 2017).

Além disso, discussões epistemológicas mais recentes têm trazido outros elementos para o debate, como o caráter participativo e identitário da desinformação (Bastos & Tuters, 2013), ou dimensões mais holísticas da questão (Lelo, 2024). Neste conjunto de trabalhos, tem-se observado a desinformação a partir de uma dimensão menos focada em um objeto material e mais sistêmica, com o envolvimento de agentes variados, como algoritmos, os atores sociais, a própria publicidade (Alves e Nichols, 2025), e mesmo o trabalho por plataformas (Grohmann et al., 2022), além de dinâmicas e efeitos próprios.

Outro aspecto relevante é a emergência dos chamados “critical disinformation studies” (Kuo e Marwick, 2021). A proposta surge como um reposicionamento epistemológico do campo, buscando superar tanto a imprecisão conceitual quanto o viés normativo. Neste sentido, a noção volta-se para a construção de um campo onde se enfatiza a necessidade de compreender a desinformação de modo contextual e sócio-histórico, ou seja, um fenômeno enraizado em estruturas sociais e políticas mais amplas. Trata-se de uma perspectiva que propõe observar como a desinformação articula sistemas de poder, desigualdades de gênero, raça e classe, além de serem moldadas por arquiteturas sociotécnicas que incluem plataformas digitais, regimes de visibilidade e estruturas de opressão. Neste contexto, estudos sobre desinformação necessariamente precisariam levar em conta aspectos mais amplos que o conteúdo em si, observando elementos estruturais, dinâmicos e os efeitos desses processos na sociedade.

Essa perspectiva sublinha a relevância do contexto e das diferentes realidades locais para os estudos de desinformação. E, evidentemente, a importância do contexto brasileiro, a partir de sua articulação com processos históricos, políticos e culturais específicos para a compreensão do fenômeno aqui. Ou seja, a compreensão do que é e quais efeitos tem a desinformação no Brasil precisa, também,

que se compreenda o entrelaçamento local entre conteúdo, polarização política, contexto das plataformas e particularidades do fenômeno da plataformação, bem como vulnerabilidades institucionais e sistemas midiáticos marcados por assimetrias históricas. A emergência de estudos que levem em conta tais elementos é fundamental para qualificar o debate no País, evitando tanto generalizações importadas de outros contextos quanto reduções conceituais que obscurecem a complexidade do fenômeno.

Este número especial busca justamente contribuir para esse debate, reunindo artigos que exploram a desinformação a partir de múltiplas perspectivas críticas, teóricas e empíricas. A proposta é tensionar as fronteiras do campo, trazendo reflexões que problematizam tanto a fragilidade conceitual quanto às implicações políticas, sociais e tecnológicas do fenômeno e contribuir para os estudos de desinformação no Brasil. Assim, o dossiê se posiciona como um espaço de circulação de ideias que questionam consensos frágeis, ampliam a discussão epistemológica e oferecem novas chaves para pensar o fenômeno em diálogo com a realidade brasileira e internacional.

Os artigos reunidos neste dossiê revelam a complexidade do fenômeno da desinformação ao articularem perspectivas conceituais, metodológicas e empíricas diversas. Em comum, todos os textos contribuem para a discussão sobre os limites epistemológicos e políticos do campo, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para uma compreensão mais ampla da relação entre plataformas, discurso e poder, caracterizando, também, os estudos atuais em desinformação a partir de uma perspectiva de soberania digital.

Um primeiro eixo de trabalhos destaca a dimensão política e regulatória das plataformas digitais. Os artigos de Bragatto e Gonzales, sobre eleições e moderação de conteúdo, e de Nóbrega, Almada, Santos, Carreiro e Soares, sobre o caso Elon Musk, problematizam um tema bastante atual: a disputa entre soberania nacional, regulação e liberdade de expressão. O ensaio de Figueira, Quintsrl, Valle e Lopes também se insere nessa perspectiva, ao articular protagonismo social, integridade da informação e soberania digital, trazendo a mediação estatal como questão central.

Um segundo eixo enfatiza a produção e circulação de desinformação da desinformação nas plataformas de rede social a partir de perspectivas críticas. Oliveira e Lemos analisam como interfaces e algoritmos moldam a forma e a persistência dos conteúdos problemáticos, enquanto Chinazzo, Malini e Moura discutem a profusão conceitual e a disputa sobre categorias como *fake news* e *pós-verdade* no debate acadêmico e nas redes sociais. Nessa mesma linha, Tauffner traz o caso do racismo ambiental, mostrando como disputas classificatórias e narrativas desinformativas operam na deslegitimização de injustiças estruturais.

Finalmente, um último eixo reúne artigos que exploram, de modo específico, casos e contextos de atuação do fenômeno da desinformação. O estudo de Pinto, Azevedo e Muzi examina o YouTube e a promoção de cigarros eletrônicos, evidenciando riscos de mercado e saúde pública. O trabalho de Zanforlin, Lyra e Souza analisa a Operação Acolhida como dispositivo de fronteira, em que a mobilização do medo e a reiteração de enunciados parciais legitimam práticas de precarização da vida migrante. Já o balanço de Santos sobre cinco anos de pesquisa em aplicativos de mensagens instantâneas evidencia os dilemas informacionais do Sul Global, marcados pela opacidade das plataformas e pela assimetria política na circulação de conteúdos.

Esses artigos convergem para compor um quadro do campo dos estudos em desinformação no Brasil, trazendo a complexidade do fenômeno, ancorado em disputas de poder, em narrativas que legitimam ou deslegitimam conceitos e atores, e em materialidades tecnológicas que configuram sua circulação. Este dossiê, assim, oferece um panorama crítico e multifacetado que contribui para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa mais densa e conectada às especificidades do contexto brasileiro e latino-americano.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 23, n. 1, p. 124-141, 2021.

ALVES, Marcelo. Campanha não oficial—A Rede Antipetista na eleição de 2014. **Revista Fronteiras—estudos midiáticos**, v. 19, n. 1, 2017.

ALVES, Marcelo; NICHOLS, Bruno. Modelos de financiamento da desinformação: uma análise da monetização de websites hiperpartidários de direita. **E-Compós**, v. 28, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ecomps.3021>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BASTOS DOS SANTOS, João Guilherme; Freitas, Miguel; Aldé, Alessandra; Santos, Karina; CUNHA, Vanessa Cristina Cardozo. WhatsApp, política mobile e desinformação: A hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação & Sociedade**, v. 41 n.2, 2019.

CHAGAS, Viktor; MODESTO, Michelle; MAGALHÃES, Dandara. O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. **Esferas**, n. 14, p. 1-17, 2019.

EVANGELISTA, Rafael; BRUNO, Fernanda. WhatsApp e instabilidade política no Brasil: mensagens direcionadas e radicalização política. **Revista de Políticas de Internet**, v. 8, n. 4, p. 1-23, 2019.

GROHMANN, Rafael; BITTENCOURT, M. C. A.; RODRIGUES, A.; MATOS, É.; NUNES, C. G.; AMARAL, A. Plataformas de fazendas de cliques: condições de trabalho, materialidades e formas de organização. **Galáxia**, v. 47, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202257969>. Acesso em: 22 ago. 2025.

HAMELEERS, Michael. Separating truth from lies: comparing the conceptual boundaries of disinformation and misinformation. **Communication Theory**, v. 33, n. 1, p. 1-23, 2023.

KUO, Rachel; MARWICK, Alice. Critical disinformation studies: History, power, and politics. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**. 12 ago. 2021. Disponível em: <https://misinforeview.hks.harvard.edu/article/critical-disinformation-studies-history-power-and-politics/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich K. H.; COOK, John. Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2017.07.008>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MANCOSO, Kaique; PAES, Amanda; OLIVEIRA, Thaiane; MASSARANI, Luisa. Pesquisa em desinformação e divulgação científica: uma revisão da literatura latino-americana. **Journal of Science Communication-América Latina**, v. 6, n. 1, p. A01, 2023.

MENDES, Conrado Moreira; MATTOS, Maria Ângela. Limites e potencialidades de conceitos de desinformação e congêneres acionados em artigos brasileiros sobre covid-19. **E-Compós**, 28, 2025. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/3056>. Acesso: 22 ago. 2025.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FREITAS, Viviane Gonçalves; AGGIO, Camilo De Oliveira; SANTOS, Nina Fernandes Dos. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. **Dados**, v. 66 n. 2), 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M47Czv8v8HzwQ6DKjBqJvJg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MORENO, José; DOURADO, Tatiana. **Mapeamento de institutos e redes de pesquisa científica sobre desinformação on-line: análise comparativa e os potenciais de cooperação entre União Europeia e Brasil**. Brasília: TSE; 2023.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; BASTOS, Marco T. Twitter in political campaigns: The Brazilian 2014 presidential election. In: ENLI, Gunn Sara; BRUNS, Axel; SKOGERBO, Eli; LARSSON, Anders Olof; CHRISTENSEN, Christian (Eds.). **The Routledge Companion to Social Media and Politics**. Routledge, 2015. p. 518-530.

RECUERO, Raquel. **A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2024.

REGATTIERI, L., Bots como agentes de expressão: Regime de visibilidades e o poder de criar redes. **Contracampo**, Niterói, v. 38 n.2, p.130-149, 2019.

SANTOS, Nina. Por que precisamos discutir a chamada “integridade da informação”? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/integridade-da-informacao/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LELO, Thales, Introducing a praxeological framework for studying disinformation. **Communication Theory**, v. 34 (1), fev. 2024, p. 18–28, <https://doi.org/10.1093/ct/qtad017>. Acesso em: 22 ago. 2025.

TUCCI, Giulia; GOUVEIA, Fábio Castro. O discurso do bolsonarismo nas eleições 2022: uma investigação da desinformação viral em grupos de Telegram. **Em Questão**, v. 31, , 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/L6N7v45pyMgPqnqVg65bMMf/?format=html&lang=pt> . Acesso em: 22 ago. 2025.

WARDLE, Claire. The need for smarter definitions and practical, timely empirical research on information disorder. **Digital journalism**, v. 6, n. 8, p. 951-963, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZENG, Jing; BRENNEN, Scott Babwah. Misinformation. **Internet Policy Review** v. 12 (4), 2023. Disponível em: <https://policyreview.info/articles/analysis/misinformation>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ZENG, Jing. Misinformation: an interdisciplinary review. **Internet Policy Review**, v. 12, n. 3, 2023.

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Wagner Dornelles (UFF/UERJ)

Editora assistente

Amanda Santos (UFF)

Editores-executivos

Dionisio de Almeida Brazo (coordenador)
Ana Clara Moreira e Vieira
Joelton Barbosa
Lucca Favoreto
Maria do Socorro de Sousa Cruz
Otávio Augusto Monteiro
Vírnia Martins
Thamires Caccavalli
Sérgio Schargel

Triagem

Marcela Barba (coordenadora)
Kennet Anderson da Cruz Medeiros
Nathália Basil
Marcos Gabriel Faria

Revisão

Laís Rodrigues Cavalcante (Coordenação)
Ana Paula Oliveira
Diogo Cunha
Ewerton Maciel Fagundes
Leandro Nogueira Rangel
Maria Eduarda Pereira
Matheus Rolim
Melissa Campelo
Pedro Henrique Alves Silva
Rafaela Ramos Szmaragd
Wyldiany Oliveira

Tradução / Versão

Manoela Mayrink (Coordenação)
Carlos Augusto Pereira dos Santos Junior
Gabriel Cabral Gonçalves Gomes
Helcio Herbert
Marco Bittencourt
Marina Andrade
Natalia Corbello

Projeto gráfico / Diagramação

Aleksis Moreira (coordenador)
Ana Rochele Barroso Moura
Beatriz César de Sousa
Marcela Rochetti Arcoverde
Wesley Souza

Planejamento estratégico
Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur

Comunicação
Amanda Santos (coordenadora)
Aline Mendes da Silva
Raphael Freire